

A arquitetura histórica em Taquari - RS: a herança cultural da colonização

Açoriana expressa no patrimônio arquitetônico

Historical architecture in Taquari - RS: the cultural heritage of Azorean colonization expressed in architectural heritage

André Vanderlei da Silva

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-8129-3292>

RESUMO: O presente artigo é resultado de pesquisa desenvolvida sobre o patrimônio cultural de Taquari (RS), com foco em edificações construídas no século XIX. O objetivo principal é diagnosticar e inventariar prédios que apresentem elementos arquitetônicos característicos que remetam aos primeiros povoadores açorianos. Teoricamente, trabalha-se a partir de conceitos de patrimônio cultural e educação patrimonial. O artigo está organizado da seguinte maneira: (a) inicia com análise de literatura básica sobre a história de Taquari-RS, sobre o conceito de patrimônio cultural e Educação Patrimonial e a arquitetura colonial luso-açoriana. (b) Discussão sobre os dados levantados a partir do inventário e diagnóstico das edificações. (c) Considerações Finais.

Palavras-chave: Arquitetura luso-açoriana; Educação Patrimonial; História de Taquari; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT: This article is the result of research carried out on the cultural heritage of Taquari (RS), focusing on buildings built in the 19th century. The main objective is to diagnose and inventory buildings that present characteristic architectural elements that date back to the first Azorean settlers. Theoretically, we work from concepts of cultural heritage and heritage education. The article is organized as follows: (a) it begins with an analysis of basic literature on the history of Taquari-RS, on the concept of cultural heritage and Heritage Education and the Portuguese-Azorean colonial architecture. (b) Discussion of the data collected from the inventory and diagnosis of the buildings. (c) Final Considerations.

Keywords: Luso-Azorean architecture; Heritage Education; History of Taquari; Cultural heritage

Introdução

A mais antiga referência de habitação humana no Passo do Tibiquary (Rio das Taquaras), segundo Becker (2001), é da tribo dos Patos, nativos que faziam parte de uma grande nação indígena da região sul do Brasil. Porém, a partir do interesse português em povoar e desenvolver a região surgiu por volta de 1760, à ideia de enviar casais açorianos para criar uma povoação no local, recebendo terras com títulos de propriedade. Sendo assim, em 1764, o governador da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, José Custódio de Sá e Faria decretou a criação do povoado, que um ano depois, com a construção de uma capela curada¹, passou ao status de Freguesia de São José de Taquari. Mais tarde, em 1795, a Freguesia² passou a condição de Paróquia, separando-se da Paróquia de Bom Jesus do Triunfo e em 4 de julho de 1849, passa a condição de Vila, tornando-se sede do Município de Taquari. Este fato marca um período de expansão e crescimento, quando muitas edificações são levantadas, modificando o espaço urbano com a implantação do chamado “centro” da cidade.

São as edificações construídas desde então, ou vestígios destas, o objeto principal deste estudo. Busca-se diagnosticar e inventariar prédios que apresentem elementos arquitetônicos característicos que remetam aos primeiros povoadores luso-açorianos. A pesquisa partiu de uma revisão bibliográfica sobre a historiografia disponível a respeito do Município de Taquari e sobre o patrimônio cultural local, utilizando alguns autores importantes da área e analisando trabalhos bem sucedidos já aplicados com esta metodologia.

Após esta primeira fase, foi iniciado o mapeamento, seleção e diagnóstico do patrimônio cultural construído, considerando nosso recorte temático da Arquitetura colonial luso-brasileira e dentro do recorte de espaço do centro da cidade. Foram selecionadas cinco edificações de referência na cidade, sendo a Igreja Matriz do século XVIII e outros quatro prédios do século XIX, que foram visitados, examinados e fotografados.

A partir de então, iniciou-se a fase de exaustiva coleta de dados, composta de pesquisa qualitativa com análise documental direta e indireta nos arquivos da Prefeitura Municipal, nos arquivos de jornal de O Taquaryense e de O Açoriano e no acervo da Casa de Cultura Costa e Silva. Em paralelo foi desenvolvida pesquisa de campo, na qual foram

¹ Que tem curador, pároco local permanente.

² Povoação sob o aspecto eclesiástico, conjunto de paroquianos.

realizadas várias entrevistas com membros de tradicionais famílias da cidade, diretamente ligadas aos prédios pesquisados.

A amostragem trouxe evidências da arquitetura portuguesa ainda presentes no centro urbano da cidade. O estudo abriu discussão sobre a memória do fenômeno histórico da colonização açoriana ainda guardada no patrimônio arquitetônico de Taquari.

Olhares historiográficos sobre taquari

Quando se ouve a expressão “Província de São Pedro”, lembramo-nos de um dos mais visíveis legados da nossa colonização luso-açoriana de forte orientação católica. Praticamente todas as localidades e unidades políticas eram fundadas, a partir de uma paróquia ou freguesia, por uma devoção. Daí o título de uma das mais antigas obras da historiografia taquariense conhecida atualmente, *A Paróquia de São José de Taquari*, de Mons. Dr. João Maria Balem, do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, reeditado em 1949. O texto, a princípio não passaria de um resumo ou coleção de fatos religiosos. No entanto, como a História do município de Taquari, e da grande maioria dos antigos municípios gaúchos, se confunde com a História eclesiástica, a obra ocupa lugar de destaque na historiografia taquariense.

O livro começa recuperando a criação da Paróquia e seu fundador, o Coronel José Custódio de Sá e Faria, então Governador do Rio Grande do Sul. Balem destaca uma carta do Governador ao Vice-rei do Estado do Brasil, Conde de Azambuja, dando conta da criação da primeira povoação açoriana, São José de Taquary. Este documento foi publicado na Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil.

Foi o Senhor Conde da Cunha, ordenar-me arrumasse eu as famílias que das ilhas havia Sua Magestade mandado conduzir a este continente para o povoarem, as quais se achavam dispersas sem lhes haverem cumprido as promessas que Sua Magestade lhes fez, quando os mandou sahir de suas terras, e para eu as arrumarem povoações tirasse das fazendas, que se tivessem dado de sesmaria, as porções de terreno preciso para lhes inteirar as suas datas. Logo que cheguei a este governo procurei dar cumprimento a esta importante ordem(...) com effeito fundei a primeira povoação junto ao Passo do Rio Tebiquary em condições que achei própria para as utilidades e lavouras dos mesmos povoadores, e lhas fiz com toda regularidade, em ruas, casas e praças, e querendo dar princípio a igreja, só pude conseguir o tirar as madeiras para ella do matto, porém não tive meios para as ferramentas precisas (...) e só me mandou a imagem do Senhor São José, cuja invocação lhe puz em memória do nome do nosso augusto soberano (...).(Balém, 1949, p. 19).

Juntamente com a evolução eclesiástica, a História de todo o entorno foi também se desenhando. O autor destaca a evolução do povoado enquanto unidade religiosa, dentro de um sistema de governo diretamente ligado à Igreja Católica.

Crescendo, o povo do Continente do Rio Grande de São Pedro, onde os párocos das freguesias já estabelecidas não podiam administrar os Santos Sacramentos a fregueses distantes em sítios assas remotos uns dos outros, foi preciso que a Portaria de 1 de maio de 1764 criasse em Curada a Capela de São José levantada nas margens do Rio Tebiquary, distrito da Paróquia do Senhor do Bom Jesus do Triunfo, em benefício de tantas criaturas destituídas dos socorros espirituais: não tardou, porém que a mesma capela tivesse a prerrogativa de Paróquia amovível, por outra Portaria de 13 de maio de 1765, e principiasse a ser enumerada entre as igrejas perpétuas em consequência do alvará de 20 de outubro de 1795, e a Carta Régia de 2 de novembro de 1797 (Balém, 1949, p. 14).

No sexto capítulo são enfatizados os aspectos relacionados a população local, aos limites territoriais políticos e eclesiásticos e o patrimônio histórico construído pela igreja. A identidade social do município foi moldada ao longo dos anos na relação direta com a fé católica. No capítulo XI do livro o fecho recai sobre as grandes personalidades católicas do município. Com todas estas particularidades, A Paróquia de São José de Taquari merece citações e é alvo de pesquisas dos mais diversos trabalhos historiográficos relacionados a cultura açoriana e ao município de Taquari.

Dentre as obras historiográficas que trabalham o município, a mais importante, ou a mais completa, em todos os aspectos, é a *São José de Taquari: A história da minha terra*, do historiador taquariense Riograndino da Costa e Silva. Como é de sua característica, Riograndino apresenta uma obra organizada, fruto de pesquisa em fontes e documentos disponíveis, como o arquivo do jornal O Taquaryense, centenário periódico local, do qual o autor foi firme colaborador, e de intensa consulta bibliográfica. Segundo o autor, o trabalho foi estimulado pela iniciativa de estudantes do município, que buscavam nele dados sobre a história local, por ocasião do segundo centenário do início da colonização açoriana na região.

Riograndino foi buscar dados que remontam o estabelecimento dos colonizadores junto ao rio Tebiquary, estabelecendo o cenário de partida do povoado.

(...) as datas de sua propriedade aparecem no mais antigo mapa do território da população de São José de Taquari, desenhado pelo Capitão Alexandre José Montanha a 15 de abril de 1771, tendo-as confirmado o Governador José Marcelino de Figueiredo em 1780 (Silva, 1972, p. 90).

O livro trabalha questões naturais da formação da cultura taquariense obedecendo a lógica temporal da ciência histórica, dentro de cada elemento de abordagem. O rio, a terra, a gente, o município, formaram a sequência de capítulos que antecederam o relato historiográfico tradicional que apresentou Taquari desde as bases, passando pela Revolução Farroupilha, a criação da Vila de Taquari como sede de um município, até a atualidade.

Dentro da mesma linha, a *Monografia do Município de Taquari*, de Octávio Augusto de Faria, publicada pela primeira vez em 1912, trabalha numa ideia de estatística e memória, já fazia uso de algumas variantes importantes para uma melhor caracterização de uma unidade geográfica sob o ponto de vista da ciência histórica. O autor se auto define como *comteano*, fui eu condicionado na análise de sua obra, na direção de identificar elementos relacionados ao progresso natural das coisas dentro do contexto histórico proposto, embora também faça referências gerais a questões econômicas, e identifica-se a grande utilização de uma técnica bastante comum em “monografias” de municípios histórico, que se assemelha ao campo da história quantitativa.

Na reedição que tive acesso, a de 1981, o livro inicia tratando de características climáticas e físicas, riquezas naturais e colonização, localização e condição política do território. Traz a descrição do povoado sob o ponto de vista da organização eleitoral, administrativa, judiciária, eclesiástica e policial, destacando a tributação de áreas, as rendas e serviços públicos. Num segundo momento, a obra parte diretamente para a abordagem mais específica de dados e números estatísticos. Numa ordem claramente estabelecida o autor trouxe a fotografia do município no aspecto demográfico, econômico e cultural. A partir da segunda metade do livro a monografia resume-se em anais do município de Taquari, trazendo uma narração organizada dos relevantes fatos históricos registrados desde a criação da Paróquia de São José de Taquari em 1765, com uma introdução remontando fatos anteriores a chegada dos casais açorianos a região.

Não se pode negar também, racionalmente, que Charruas e Minuanos, depois da introdução do cavalo, deixassem de galopar pelas nossas floridas várzeas e sesteassem nos frescos capões, verdadeiros oásis de nossas armadas campinas rio-grandenses (Faria, 1981, p. 172).

Nesta passagem o autor fala sobre a diversidade de povos nativos que habitaram o vale do Tebiquary antes da chegada dos primeiros colonizadores. Em termos gerais a obra de Faria constitui-se num documento histórico fundamental para o estudo da memória taquariense.

Outra obra também muito importante, principalmente como fonte de pesquisa ou consulta documental é a *Taquari: Após o retorno á vida democrática no Brasil em 1947*, do professor Balduino Goerck. Este se constitui na prática, numa farta relação de cópias de documentos públicos cuidadosamente selecionados para contar uma história de democracia na terra taquariense. O primeiro documento é o resultado das eleições municipais de 1947, sendo seguido dos mais diversos transcritos de leis e decretos do executivo municipal.

Nesta linha de obras de apoio científico, o pesquisador Augusto Becker, publicou *Taquari, Terra da Gente*, em cinco volumes. A partir das clássicas obras historiográficas já citadas, somadas com entrevistas e coletas de dados na comunidade, Becker desenvolveu sua pesquisa. Seu texto aborda a povoação do município, a cultura e diversos segmentos da comunidade, os que se convencionam chamar de “micro-história”. Fala sobre clubes, empresas e educandários. O autor também denomina seções de “O dom de servir, Uma história chamada vida”, nas quais ele traz a breve biografia de diversos cidadãos da sociedade taquariense que, por algum motivo fizeram jus a este destaque.

Já o segundo número da coleção *Açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil*, organizada pela Prof^a. Santa Inéze da Rocha traz um ensaio da Prof^a. Nilda Rita dos Santos denominado: Taquari – Primeira cidade açoriana. Além do uso de toda a historiografia que citamos até aqui, o trabalho é fruto de uma dedicada pesquisa que compreendeu viagens, exames de documentos, consultas bibliográficas e até entrevistas, fazendo uso dos abrangentes recursos permitidos pela nova história cultural e produzindo uma historiografia riquíssima, mas não menos didática e acessível ao público não especializado.

O texto começa trazendo um grande panorama histórico e geográfico do Rio Grande do Sul no século XVIII. São ressaltados os movimentos de portugueses e espanhóis, também bandeirantes paulistas e tropeiros laguneses. Enquanto a companhia de Jesus trabalhava no sentido de cristianizar os índios guaranis, o Império Português avançava ao sul, um choque contínuo e inevitável. É com este cenário trazido pela autora, que a chegada dos colonos açorianos, bem como sua cultura e ações de enraizamento passam a ser estudadas.

Mais adiante a autora passa a falar sobre como se deu a ocupação do espaço pelo ser humano civilizado na região. Seguindo uma tendência natural, as margens dos rios são o ponto de fixação e desenvolvimento das sociedades sedentárias. Não foi diferente no vale do Taquari. Começando pelos nativos índios Patos, as barrancas do rio Tebiquary, como então era chamado o Taquari, foram sendo habitadas por outras tribos, ou grupos indígenas, até a chegada dos portugueses. No entanto, Nilda Rita destaca que nos arredores da atual cidade de Taquari, já andavam homens brancos muito antes e, entre eles os bandeirantes paulistas. Por volta de 1750, a Coroa Portuguesa iniciou o processo de envio de casais açorianos para povoamento e segurança de suas terras no sul do Brasil contra as

invasões hispânicas. O texto chama a atenção para a questão da força da cultura popular açoriana, que se manteve intacta e, ainda diante de toda a dificuldade de adaptação e até mesmo de mantimento, prevaleceu, gerando grande influência na formação da identidade do homem da região e nos deixando muitos legados.

No que se refere aos Açores propriamente ditos, Rita desenvolve uma análise descritiva, abrangendo aspectos geográficos, étnicos, econômicos e culturais. Ela destaca que os açorianos são portugueses que foram obrigados a desenvolverem algumas diferenças pontuais, ou providenciais. Isto porque, a vida nas ilhas tem peculiaridades que a distingue da vida no continente e, daí a explicação para toda a riqueza da cultura açoriana. Nesta mesma linha analítica, o texto promove um comparativo, trazendo Taquari como cidade açoriana, principalmente por ser, aqui no Continente de São Pedro, a única povoação fundada somente por açorianos. Estes ergueram um forte á margem do rio Tebiquary e tiveram no evento da fundação do povoado em 1765, um alívio providencial, pois passaram a serem, em termos, donos da própria terra.

A povoação da região é tratada pela historiadora taquariense como uma questão mais ampla. Rita destaca que, dos quatorze casais açorianos que inicialmente povoaram a margem do rio, somente sete permaneceram deste lado das águas. Os outros sete atravessaram em direção a atual Santo Amaro. Era de extremo interesse da Coroa Portuguesa preservar sua presença e segurança militar por toda a linha do Tebiquary. Este procedimento foi intensificado no governo do Cel. José Custódio com o envio de açorianos via Porto dos Casais, outro ponto de colonização. Na atual Taquari, a autora chama a atenção para a escolha dos açorianos na construção de seus primeiros assentamentos. A cidade atual encontra-se, na quase totalidade da sua zona urbana, plantada sobre uma coxilha, devido ao desconhecimento da possibilidade de alcance das águas e temor por possíveis cheias. Este tipo de procedimento era comum nas colônias de açorianos.

Dentro do referencial adotado, Nilda Rita enfatizou detalhes que justificam a titulação de Taquari como cidade açoriana de fato. Segundo o texto, o processo de legalização das terras habitadas pelos açorianos começou á partir do governo de José Marcelino de Figueiredo. O mapa dos campos de Tebiquary foi desenhado pelo Capitão Eng. Montanha, por volta de 1771. Os nomes dos povoadores e as transcrições dos documentos são largamente destacados pela autora.

Da mesma forma, o texto aborda a questão socioeconômica. Numa linha comparativa, a autora ressalta a economia agrícola desenvolvida, tanto nas estâncias existentes nos arredores de Taquari, quanto pelos açorianos na atual zona urbana da cidade. O destaque dado aos açorianos é referente a sua produção de grãos, evoluindo mais tarde para a pecuária e ainda para funções operárias como carpinteiros, ferreiros etc.

Também a produção de frutos cítricos e laranjas de qualidade são destaques desde o tempo da colonização.

Assim como na obra de Balem, a professora Nilda Rita trabalha a organização social taquariense nas esferas eclesiástica, política e administrativa. Reforçando a sua abordagem, a autora faz uso de Faria e, Riograndino e outras historiografias relacionadas que dão acesso a documentação transcrita para montar um panorama riquíssimo do chamado momento histórico de Taquari, de acordo com os parâmetros temporais da ciência histórica.

O texto destaca a relação paralela do desenvolvimento histórico da colonização açoriana na conquista do espaço e da cultura religiosa portuguesa. Por volta de 1664, foi erguida uma capela católica junto ao passo do Tebiquary, chamada capela de São José. A “freguesia de São José de Taquari”, criada em 1765, ficou sujeita a “vara do Senhor Bom Jesus do Triunfo”. Termos religiosos que lembram os aplicados ao judiciário republicano. Mais tarde, em 1795, com o crescimento do povoado, a então freguesia passou a condição de paróquia, já tendo construída a Igreja Matriz São José de Taquari. Fica bem claro o quanto estado e igreja se confundem num regime monárquico essencialmente católico.

Uma prática muito comum na cultura açoriana e que foi absorvida pelos taquarienses, segunda a pesquisa da autora, era as irmandades que eram formadas em torno de uma devoção específica, com certas funções dentro da comunidade cristã. Havia grupos de orações e grande religiosidade. No entanto, o texto destaca que todo este espírito cristão herdado dos açorianos, não amenizava a existência de grandes divisões sociais. A autora ressalta que as amizades entre as famílias eram muito selecionadas. Uma elite financeira e cultural extremamente conservadora.

Todo este contexto trabalhado por Rita desenvolve-se num constante crescimento. Em 1849, Taquari foi elevado a condição de vila, o que o deixou em condições de sediar uma unidade político-administrativa, ou seja, um município. Claro que a citada elite social, passou a compor a elite política do mais novo município, situação refletida na primeira eleição para vereadores que formou a primeira câmara municipal para administrar o município por quatro anos, ainda no regime imperial.

Desde Balém, Riograndino, Faria, Balduíno até Nilda Rita uma ideia é unânime: Os reflexos positivos da colonização local por um povo com uma ideia de cultura tão bem definida. Certamente, cada um de uma forma diferente, os historiadores estudados trazem uma Taquari, tantos anos depois, cada vez mais açoriana. Uma comunidade que reconhece em suas raízes, a base sociocultural para um senso político forte, participativo e de ampla visão.

Discussão sobre patrimônio cultural e educação patrimonial

Muitos estudos tem sido desenvolvidos mobilizando a categoria patrimônio, fruto principalmente de projetos de educação patrimonial aplicados. O conceito de Patrimônio Histórico e Artístico, a partir do reconhecimento dos bens culturais imateriais, foi redefinido como Patrimônio Cultural. Andréa Delgado analisa o termo pelo seu conceito

O termo “patrimônio” designa, desde a pioneira experiência francesa no período pós-revolucionário, o conjunto de bens de valor cultural protegidos legalmente pelo Estado que, em nome do interesse público, deve zelar para que sejam cultuados, preservados e legados às gerações futuras. Depois que o órgão estatal responsável por instituir o patrimônio lhes atribui a função de representar a nação, esses bens passam então a ser considerados como propriedade de todos os cidadãos. No Brasil, a construção do patrimônio nacional resulta de uma política oficial do Estado desenvolvida pelo órgão federal do Patrimônio Nacional, organizado com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, denominado atualmente, e na maior parte de sua história, de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Delgado; Oliveira, 2008, p. 138-139).

No que se refere a Educação Patrimonial, Maria de Lourdes Horta apresenta como o método de utilizar o Patrimônio Cultural na condição de “elo” entre o educando e o conteúdo pedagógico, ou seja, uma forma de envolver o aluno no processo de ensino aprendizagem e, como ponto de partida, trabalhar a construção do conhecimento.

O princípio básico da Educação Patrimonial é a experiência direta dos bens e fenômenos culturais, para se chegar à sua compreensão e valorização, num processo contínuo de descoberta... Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Isto significa tomar os objetos e expressões do Patrimônio Cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos (Horta, 2012, p. 1-2).

Certamente a Educação Patrimonial tem esta capacidade, este poder, de causar no estudante ou no cidadão, o interesse pela história, pela cultura, pois ele se vê muito mais próximo do objeto de estudo. Este conceito é compartilhado neste estudo, a partir dos projetos que vamos tomar por base a seguir. “A metodologia da Educação Patrimonial é

materializada através do estudo de objetos comunitários como estratégia de aprendizagem do contexto sociocultural” (Soares, 2003, p. 24-25).

O povoamento e as edificações

Em pesquisas nas quais se propõe a trabalhar com recorte temático, por vezes temos de adentrar em outras áreas do conhecimento. Desta forma, para se pesquisar os vestígios da Arquitetura luso-açoriana, se faz necessário trabalhar com pesquisadores da História e da Arquitetura dos Açores e dos Açorianos. O ensaio *A arquitetura popular dos Açores e o Rio Grande do Sul*, assinado por Günter Weimer na coletânea *Santo Antônio da Patrulha: reconhecendo sua história*, traz uma visão bem clara desta relação entre os elementos arquitetônicos presentes no Arquipélago dos Açores e os encontrados nas cidades gaúchas colonizadas pelos Açorianos. Da mesma forma, a exposição analítica de Francisco Riopardense de Macedo, *Arquitetura luso-brasileira*, publicada na coletânea *A arquitetura do Rio Grande do Sul*, aborda as características do estilo português colonial, refletidas no Brasil através da passagem pelos Açores. Já o legado cultural dos seus habitantes, compondo seus aspectos diversos até chegar nas construções das primeiras habitações no Rio Grande do Sul, é trabalhado a partir do estudo das mentalidades e imaginário popular, no texto *Vida Cotidiana dos Açorianos pelas Freguesias e Caminhos*, pela historiadora Cleusa Graebin, integrante da obra *História Geral do Rio Grande do Sul*.

Conforme foi destacado, a partir da historiadora Nilda Rita, os primeiros anos da colonização açoriana na região do Vale do Taquari foram muito difíceis. O governo português não cumpriu com todas as promessas que haviam sido feitas aos casais que vieram do Arquipélago dos Açores sem trazer praticamente nada. No entanto, algo muito forte os acompanhou, a sua herança cultural. Num primeiro momento, as características da cultura açoriana, começaram a estender raízes na religiosidade, no trabalho, no folclore, na culinária e nos mais simples costumes da vida cotidiana. Adentrando o século XIX, começaram a chegar no Brasil os primeiros reflexos da Revolução Industrial e do múltiplo progresso da ciência. Neste período iniciaram então as edificações de casas mais permanentes, com o uso de materiais mais resistentes e técnicas de construção bem mais apuradas, adaptando ao meio as influências estilísticas da Arquitetura trazidas dos Açores.

Uma característica diferencial dos açorianos em comparação com a colonização alemã ou italiana é o estabelecimento da cidade em cima da coxilha, afastando-se um pouco da margem do rio para evitar inundações. Na figura de nº1 observamos como a grande inundação de 1928 não atingiu o centro da cidade.

A necessidade da proximidade do rio, somada com o desconhecimento e temor em relação a altura que as águas poderiam alcançar, fizeram com que os primeiros açorianos viessem a se estabelecer na área onde está plantada hoje a cidade de Taquari, relativamente afastada do leito (Silva, 2010, p. 2).

Figura de nº1 - Inundação de 1928.



Fonte: Acervo Casa Costa e Silva

Como também é possível observar na figura nº1, a arquitetura no estilo português colonial é a principal marca da colonização açoriana no centro de Taquari. Algumas das principais características dessas edificações eram a frente do prédio junto a calçada e as laterais geralmente germinadas, ou seja, ocupando toda a largura do lote até grudar na seguinte. Existiam casas com um e dois pavimentos, os chamados sobrados. Os telhados eram de “duas águas”, isto é, com declínio para frente e para o fundo, ou “quatro águas”, com recortes laterais também. Estes telhados tinham acabamentos feitos com sobreposição de telhas, chamados de “beira-seveira”, ou “peito de pombo”. As aberturas tinham vergas retas, formato de guilhotina e somente madeira.

Figura de nº2 – Casarios no Bairro Praia em Taquari.



Fonte: Acervo Casa Costa e Silva

Na figura de nº 3, em destaque, o arremate de telhado em forma de “pombinhas”, bastante comum nas edificações açorianas e que se referia ao Divino Espírito Santo. Alguns elementos evolutivos foram aparecendo com o tempo, como o “platibanda”, por exemplo, espécie de aba de proteção colocado na fachada para impedir que a goteira do telhado caia diretamente nas pessoas que passavam pela rua. Outra evolução foi o uso de vidros nas janelas para proteger do frio sem perder a luminosidade.



Figura de nº3 - Antigo Colégio Elementar.



Fonte: Acervo Casa Costa e Silva

Infelizmente muitas dessas edificações históricas se perderam em parte ou totalmente, enquanto que a grande maioria das que resistiram foram bastante agredidas em sua originalidade. Doutra feita, Taquari ainda é uma das cidades com maior presença da arquitetura histórica, proporcionalmente mantida, no Rio Grande do Sul, numa faixa que vai desde o Bairro Praia até subir a colina em direção ao centro.

As edificações – amostragem do inventário

O Inventário Municipal de Bens Imóveis está em processo de construção. Na maioria dos casos, só tem a fotografia, o endereço e o nome do proprietário do imóvel. Desta forma, para estudar o Patrimônio Cultural Construído de Taquari, foram escolhidos cinco prédios de referência na cidade, a partir dos quais, foi iniciado o trabalho de inventariar e diagnosticar as edificações.

Sem dúvidas, a mais importante e significativa edificação da cidade é a *Igreja Matriz de São José*. Situada na Rua David Canabarro, s/nº, em frente à Praça da Matriz, bem no centro de Taquari, a Igreja é uma das mais antigas do Estado, tendo sido semiconcluída, sem a torre, em 1768. Existe um material relativamente bom para pesquisa sobre a Igreja Matriz no acervo da Casa Costa e Silva, composto de documentos diversos, recortes e

levantamentos. Também um bom número de registros no arquivo do Jornal O Taquaryense, bem como na historiografia disponível.

Na época da construção, a invocação a São José, foi determinada pelo Governador José Custódio de Sá e Faria, fundador do povoado e o acompanhamento do projeto foi feita pelo vigário da jovem Freguesia, Pe. Manoel da Mata. Não existem registros quanto aos trabalhadores da obra, mas acredita-se que foram pessoas simples da própria comunidade tendo em vista que a religiosidade era fortemente presente no imaginário popular da época. Nos mesmos moldes, em 1799, a Igreja teve de passar pela sua primeira intervenção, com a troca de grande parte do telhado que estava comprometido. Somente na década de 1890 fica concluída a sacristia, prolongando o prédio da Igreja, como aparece na figura de nº4.

Figura de nº4 - Matriz São José antes da construção da torre



Fonte: Acervo da Casa Costa e Silva.

Posteriormente, em 1900 foi terminada a torre da Igreja e construída a gruta de Nossa Senhora de Lourdes e, com esforço de toda a comunidade, em 1906, concluída uma completa restauração. No final do ano de 1926 a torre ganhou o relógio e dois anos mais tarde foram trocados os confessionários, acompanhados de algumas modificações de mobilidade interna. Depois, entre 1933 e 35, mais uma série de reformas foram promovidas, incluindo a construção de capelas batismais ao lado do prédio, a substituição de todo o telhado colonial por telhas francesas, colocação de vitrais e a modificação dos altares laterais por capelinhas em estilo gótico, fugindo do conjunto original. Várias outras reformas de acabamentos e pinturas foram realizadas nas décadas seguintes até que, em 1967, um incêndio atingiu a torre da Igreja, destruindo os sinos, o relógio e consumindo o madeiramento. Este evento provocou obras de reparos e reposições.

Figura de nº5 - Matriz antes do incêndio.



Fonte: Acervo Casa Costa e Silva

A última ação mais ampla e significativa de reformas passada pela Igreja ocorreu em 1988. O somatório destas e outras intervenções agrediu bastante a originalidade da edificação, no entanto ainda se mantém a maior parte dos elementos construtivos que identificam a arquitetura da época.



Figura de nº6 - Igreja Matriz São José (em destaque, a torre, última parte do prédio a ser concluída, em 1900, e parcialmente reconstruída após um incêndio na década de 60).



Fonte: Foto do autor

Em linhas gerais, encontramos na Matriz São José a presença da arquitetura religiosa da época colonial no chamado “estilo barroco”. No entanto, alguns especialistas defendem que influenciaram a edificação os reflexos da primeira fase do barroco, um pouco mais rústico e simples, que se manifestou na maior parte do Brasil na primeira metade do século XVIII. O material utilizado na maior parte é pedras e barro socado (taipa).

Na frente aparecem três pilastras, um frontão triangular e o chamado teto piramidal. Decoram a fachada, um falso óculos e um cruzeiro no meio do frontão que se

sobrepõe as três janelas com vitrais. Outro detalhe interessante é a presença de apenas duas janelas de cada lado da nave da Igreja, destacando a espessura de mais de um metro e meio das paredes. A sacristia, construída em anexo ao prédio da Igreja, apresenta o mesmo estilo arquitetônico do conjunto. No interior, toda a riqueza de ornamentos que caracteriza o estilo barroco, a partir de um teto arredondado que se limita em um altarmor, dois altares laterais e uma galeria (coro) acima da porta. No exterior, um pátio ajardinado de um lado com um grande espaço calçado do outro, cercados de grades.

Outra edificação historicamente importante na cidade é a atual sede da *Rádio Açoriana e Jornal O Açoriano (EJORA)*. Um sobrado localizado na Rua Osvaldo Aranha nº 1790, junto ao Centro Administrativo Municipal e pertencente ao poder público como a própria empresa que abriga.

Figura de nº7 – Centro no final do século XIX (À esquerda o Solar dos Azambujas).



Fonte: Acervo Casa Costa e Silva

Não se tem registros exatos da construção do prédio, mas sabe-se, pelo testemunho de familiares, que era conhecido inicialmente como *Solar dos Azambujas* e que foi edificado por Francisco Patárico Azambuja em meados do século XIX. O objetivo seria garantir a propriedade da família Azambuja, da qual seria o patriarca Francisco Xavier de Azambuja, que teriam vindo da localidade Santo Amaro, distrito de General Câmara, da outra margem do rio, e se envolvido em disputas de terras em Taquari, conforme fazem referência pesquisas de municípios vizinhos.

No Rio Grande do Sul, a família Azambuja inicia-se com Francisco Xavier de Azambuja que veio juntamente com seu irmão Manoel de Azambuja, ambos filhos de Manoel de Azambuja, natural de Ribatejo, Vila de Azambuja, Portugal e de Dona Francisca de Oliveira Leite, natural de São Paulo. (...) O capitão Francisco Xavier de Azambuja era grande proprietário de terras. Primeiramente em Viamão, depois em Taquari e por último em Camaquã. Nascido na cidade de São

Paulo, faleceu a 8 de novembro de 1768 em Triunfo. Casou-se o capitão provavelmente em 1740, em Viamão com dona Rita de Menezes (nascida em São Paulo e falecida 1801 em Santa Amaro/RS), Filha de Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcelos, natural da Ilha da Madeira, e de Dona Lucrecia Leme Barbosa, natural de Guaratinguetá (São Paulo). (...)Observou-se que era homem de muita determinação que atribua muito valor a posses territoriais e dinheiro. No capítulo das pesquisas suplementares colocamos uma disputa de terras (de Cristiano Luis Christillino apresentado no XII Encontro Regional de História/Anpuh-Rio de Janeiro) que mostra um exemplo de como funcionava a propriedade territorial brasileira e neste exemplo de disputa longa e exaustiva, está Primórdio Centeno de Azambuja. Ele não desistiu por 10 anos (1860 a 1870 em Taquari) de uma disputa de terras com dona Maria José Sampaio Ribeiro Teixeira. Por vezes utilizou-se de meios não muito claros... (Blog do restauro da casa do morro, 2012, não paginado).

No final do período Imperial, o prédio passou a posse da Intendência Municipal, permanecendo como sede do poder executivo até 1992, quando da inauguração do novo centro administrativo. Por estar em péssimo estado de conservação, o sobrado ficou quase dez anos obsoleto, período em que foi derrubada toda uma parte em anexo (possível de visualizar nas figuras de nº1 e de nº7) da estrutura principal da edificação. Somente em 2001 foram feitas algumas reformas no prédio para receber a EJORA, tradicional empresa de comunicação mantida pela Prefeitura Municipal.

Figura de nº8 - EJORA (Antiga Prefeitura Municipal).



Fonte: Foto do autor

A Arquitetura colonial luso-brasileira é facilmente identificável no exterior do sobrado. Porém a ação do tempo e as intervenções de reformas fizeram com que muito se perdesse. A historiadora Bruna do Carmo comenta:

Foram feitas algumas restaurações em sua estrutura procurando realçar o seu estilo, entretanto muito de sua originalidade foi perdida com os anos. O sobrado em questão é caracterizado principalmente nos detalhes das janelas com verga reta, os cunhais de pedra, cimalkas internas e externas de madeira, piso de tábuas corridas, tetos de madeira saia e camisa, telha colonial (Carmo, 2012, p.3).

Alguns contrastes do ecletismo que se destacam na fachada da edificação são os elementos do Neoclássico (início do séc. XIX) presentes na platibanda e em alguns detalhes das pilastras que caracterizam o Art Nouveau (final do séc. XIX) e que possivelmente tenham sido acrescentados posteriormente. Internamente o prédio apresenta os sinais característicos das grandes edificações no estilo português colonial do século XIX, pertencentes às famílias mais ricas, com peças amplas e muitos quartos. Atualmente, no entanto, o prédio encontra-se muito mal conservado e passa por um processo de restauração.

De semelhante importância para a História Cultural de Taquari é a chamada *Casa Grande*, localizada na Rua Sete de Setembro, nº2000 e de propriedade de Homero Canabarro Cunha Neto. Este recebeu a casa como herança familiar, numa História de cento e quarenta anos.

Conforme o testemunho de familiares, o casal Leandro e Margarida Ribeiro vieram de Triunfo para fundar o primeiro educandário de Taquari, numa época que a educação ainda não era institucionalizada no Brasil. Em 1862 estava concluído o prédio do *Colégio Dona Margarida*, com ensino de Português, Aritmética, História, Geografia, Francês, Alemão, Religião, Artes (Música, Canto), Esportes (Natação, Esgrima) e Trabalhos Manuais.

Figura de nº9 - A Casa Grande e a Rua 7 de Setembro no início do Sec. XIX.



Fonte: Acervo da Casa Costa e Silva

A filha adotada do casal fundador, Anna Ribeiro, também foi professora do colégio e casou-se em 1885 com Carlos Leopoldo Voges e foi mãe de Anna Emília Voges. Não se sabe com exatidão quantos anos funcionou o colégio, mas depois o prédio ficou sendo a Casa da família, a Casa Grande. Anna Emília foi casada com Homero Canabarro Cunha, teve

quatro filhos e ficou viúva em 1937. A família promoveu reformas no prédio em 1942, quando parte das instalações foram locadas para o Banco do Estado.

Os filhos foram casando e saindo da casa. A caçula, Anna Voges Cunha, casou-se em 1957 com o Engenheiro Agrônomo Carlos Modesto Motta Dornelles, que trabalhava e residia na Estação Experimental de Taquari, tendo seu primeiro filho em 1961. Este evento levou Anna Emília a sair da Casa Grande para morar com a filha e ajudá-la, já que a mesma era Professora estadual, ficando ainda na Casa o último filho, João Carlos Voges Cunha, (exPrefeito Municipal 1969-73), que residiu ali até 1974.

Na metade da década de 70, com alguns ajustes e reparos, o prédio foi alugado para ser a sede do *Fórum Municipal*. Esta condição permaneceu até 1997, quando foi inaugurado o novo prédio da Justiça Federal e a centenária *Casa Grande* foi desocupada. A edificação passou a posse de Homero Canabarro Cunha Neto, filho do primogênito da família Voges Cunha, que desde então vem promovendo pequenas ações de manutenção e administrando a utilização na forma de condomínio, com escritórios e salas comerciais.

O prédio apresenta o clássico formato das casas açorianas, com a fachada junto a rua, janelas de guilhotina e uma porta central ligando a um corredor que vai distribuindo as peças. Em cima existe um sótão com dois quartos, que servia de alojamento de estudantes na época do colégio e depois se tornou arquivo na época do Fórum. Estes cômodos davam acesso a aberturas de “água furtada” que existiam no telhado, como é visível na figura de nº 9, e que foram subtraídas em reformas do telhado realizadas na década de 90.

Figura de nº10 - A Casa Grande (Antigo Colégio Dona Margarida e Fórum Municipal).



Fonte: Foto do autor

O porão sempre serviu apenas de depósito, pois os alojamentos de escravos ficavam no fundo do terreno, junto a Rua Osvaldo Aranha, área que em 1922 foi cedida

para a construção do Restaurante Striatus. Porém as aberturas frontais que iluminam e ventilam o porão, em formato arredondado, são um dos poucos sinais de ecletismo. Os alicerces são todos de pedras irregulares e as paredes de pedra revestida, sendo que algumas divisórias possuem um arranjo de taquaras com revestimento. A edificação está, num aspecto geral, em bom estado, tendo como grande problema atualmente, as telhas coloniais que já se encontram sem condições de uso, ocasionando goteiras.

Outra edificação de representatividade no cenário histórico taquariense é a atual *Casa de Cultura Costa e Silva*, que corresponde à casa paterna do Ex-Presidente da República Arthur da Costa e Silva, localizada na Rua Cônego Tostes, nº1690, Centro de Taquari. O prédio pertence ao Ministério da Educação e Cultura e abriga atualmente o Museu Costa e Silva, a Biblioteca Municipal e a Sala Açoriana.

Não foram encontradas referências precisas sobre a datação do prédio, mas, segundo os arquivos da Casa Costa e Silva, em concordância com a obra do historiador Riograndino da Costa e Silva (1970), a casa foi construída pelo casal Antônio Porfírio da Costa e Alzira da Rocha Mesquita, que casaram em 1877 em Rio Grande, para a filha Almerinda Mesquita da Costa, que nasceu um ano depois, ainda na mesma cidade. Nas últimas décadas do século XIX, a família estabeleceu-se como comerciantes em Taquari e então construiu casas para as filhas, como mostra a figura nº 10. Quando em 1894, aos dezesseis anos, Almerinda casou-se com Aleixo Rocha da Silva, oriundo da “Beira do Rio”, a casa já estava pronta.

Figura de nº11 - Casa da família Costa e Silva (à direita), na época da infância do ExPresidente.



Fonte: Acervo da Casa Costa e Silva

Entre os filhos do casal podemos destacar o Historiador Riograndino da Costa e Silva e o já citado Ex-Presidente Arthur da Costa e Silva. A casa sempre foi à residência da família.

Aleixo faleceu em 1929 aos 59 anos e Almerinda em 1961 aos 83 anos. Após a morte da matriarca permaneceu a única filha solteira, a Professora Sofia da Costa e Silva, que ainda manteve uma escolinha no sótão do prédio, chamada “Santa Terezinha” durante alguns anos. Com a morte do Ex-Presidente em 1969, Sofia passou a residir de forma fixa em Porto Alegre, vindo aleatoriamente a Taquari, quando ficava na casa da família e exercitava seu piano.

Gradativamente, as vindas de Sofia foram diminuindo, ficando a casa praticamente sempre fechada. Essa situação motivou já em 1972 o início de um movimento para transformar a casa em museu, pois toda a mobília e os objetos decorativos da família Costa e Silva permaneciam intactos dentro do prédio. No final da década de 70 a casa estava praticamente ociosa e em 82 foram registrados arrombamentos, saques e depredações. Assim houve uma reação da comunidade e, em 1983, foi realizada uma boa obra de restauração, passando a casa das mãos da família para o Ministério da Educação e Cultura, o que culminou com criação do Museu Costa e Silva em 1985. Com a transferência também da Biblioteca Municipal para o mesmo prédio, a edificação histórica passou a chamar-se Casa de Cultura Costa e Silva. Porém encontra-se fechado devido a problemas no telhado.

Figura de nº12 - Casa de Cultura Costa e Silva.



Fonte: Foto do autor

A casa possui um desenho de planta baixa bem típico açoriano, tendo a frente junto a calçada, com duas janelas de cada lado da porta, todas em madeira e formato guilhotina, com uma leve influência da Arquitetura alemã na fachada, apresentando elementos do Neoclássico na platibanda. Internamente um corredor central dá acesso ao corpo da casa, o piso preserva a Taboão corrido original, uma escada leva ao sótão e outra desce ao porão que servia de senzala e foi colocado um piso para a instalação do museu. O telhado é de

duas águas, com queda para frente e para o fundo, com platibanda, evitando a goteira na calçada. O projeto de restauro encontra-se em espera de aprovação pelo IPHAN.

Considerações finais

O estudo da Arquitetura histórica de origem luso-açoriana em Taquari nos revela o quanto os legados dos primeiros povoadores permanecem vivos ao longo dos anos e a que ponto permanecem preservados. As edificações do centro que foram inventariadas apresentaram a suas parcelas na História local e apontaram para um encadeamento com tantas outras que ainda precisam ser estudadas.

O trabalho inicial de revisão bibliográfica e fundamentação teórica, tanto sobre a História de Taquari, quanto ao conceito de Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, mais a Arquitetura luso-açoriana, criou todo um suporte para a jornada de coleta e tratamento de dados nos arquivos da Prefeitura, Casa de Cultura e jornais locais, bem como nas entrevistas realizadas em paralelo. Este processo resultou no inventário e diagnóstico de quatro representativas edificações da cidade. Com exceção da Igreja Matriz, a escassez de documentação foi uma grande dificuldade encontrada, em que pese a não abertura do “registro de imóveis” no Cartório de Registros Públicos para esta pesquisa, tornando fundamental o trabalho de campo na coleta e análise de depoimentos de membros das famílias ligadas aos prédios.

Na Matriz São José (religioso), no Solar dos Azambujas (sobrado), na Casa Grande (telhado quatro águas) e na Casa Costa e Silva (casa simples), foram encontrados vestígios dos elementos construtivos que identificam os primeiros povoadores. Na primeira, a presença da arquitetura religiosa do século XVIII, o estilo barroco, e nas demais com outras influências estilísticas que constituem um contraste do ecletismo arquitetônico tanto mais acentuado quanto mais avançada a datação da edificação. O Patrimônio diagnosticado está pronto para ser utilizado no material didático a ser desenvolvido para se trabalhar a História local. A associação destas imagens “vivas” do cotidiano das crianças com os “personagens históricos” representados nas figuras dos colonizadores é um instrumento pedagógico muito produtivo.

Estes resultados abrem caminho para um futuro prosseguimento da pesquisa, com mais tempo, para abranger um campo maior. Mantendo o recorte temático e temporal, pode-se aumentar o espaço, atingindo bem mais edificação do centro para depois evoluir até o Bairro Praia, mais próximo da margem do rio.

Taquari, com toda a sua representatividade histórica e herança cultural centrada na colonização de origem luso-açoriana, se ressentida da falta de um programa direcionado na área da Educação Patrimonial. O estudo desenvolvido teve como foco a temática da

Arquitetura, porém todo contexto patrimonial da cidade pôde ser observado e se constatou o quanto ainda se tem a evoluir na direção de se construir uma “identidade cultural ativa”, ou seja, um entendimento mais amplo do que é e de como se pode fazer uso, do Patrimônio Cultural da cidade.

REFERÊNCIAS:

- BALÉM, J.M. **A Paróquia de São José de Taquari**. Porto Alegre: A Nação, 1949. 169 p.
- BECKER, A. **Taquari, Terra da Gente**. Taquari: vol.1, 2001. 152 p.
- BLOG DO RESTAURO DA CASA DO MORRO. **Origens da família Azambuja**. Disponível em http://restaurocasadomorro.blogspot.com.br/p/historico_6954.html Acessado em 25 de maio de 2012.12
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
- CARMO, B. A. **Histórias de Taquari**. Jornal O Açoriano, ano 35, nº12, p.3, 23 mar. 2012.
- DELGADO, A. F.; OLIVEIRA, I. L. B. C. Educação Patrimonial como Experiência Interdisciplinar: patrimônio e memória na cidade de Goiás. **Revista Solta a Voz**, V. 19, n. 2, p.135-150, nov. 2008.
- FARIA, O. A. **Monografia do Município de Taquari**. Porto Alegre: IEL, 1981. 283 p. FORTES, J. B. **Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999. 170 p.
- GOERCK, B. **Taquari:Após o retorno a vida democrática no Brasil em 1947**. Lajeado: Fortgraf, 2009. 219 p.
- GRAEBIN, C. M. **Vida Cotidiana dos Açorianos pelas Freguesias e Caminhos**. IN: BOEIRA, N; GOLIN, T. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Méritos, 2006. p. 203-223.
- HESEL, Lothar. **Colégio Dona Margarida**. Jornal O Taquaryense, ano 108, nº6, p.1, 18 de mar. 1995.
- HORTA, M. L. P. Educação patrimonial. Disponível em <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/tetxt1.htm> Acessado em fev/2012.
- MACEDO, F. R..**Arquitetura luso-brasileira**. IN: WEIMER, G. (org.). **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.
- SANTOS, N. R. **Taquari - Primeira cidade açoriana**. IN: ROCHA, S. I. R. (Org). **Açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil II**. Porto Alegre: Caravela, 2007. p. 39 – 70.
- SILVA, A. V. **Falando de História**. Jornal O Taquaryense, ano 124, nº33, p.2, 11 de set. 2010.
- SILVA, R. C. **Aleixo Rocha da Silva: centenário do seu nascimento**. Taquari, 1970. 112 p.

SOARES, A. L. R. (Org.). **Educação Patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: UFSM, 2003. 120 p

_____. **São José de Taquari: A história da minha terra**. Porto Alegre: Flama, 1972. 316 p.

WEIMER, G. **A arquitetura popular dos Açores e o Rio Grande do Sul**. IN: BEMFICA, C. R.(org.). **Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo a sua história**. Porto Alegre: Edições EST, 2000. p. 60.

WIEDERSPAHN, O. H. **A Colonização Açoriana no Rio grande do Sul**. Porto Alegre: EST/ICP, 1979. 140 p.

Sobre o autor:

André Vanderlei da Silva

Graduado em História - licenciatura pela Universidade La Salle – UNILASALLE; Mestre em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC como bolsista CAPES. Professor/gestor do Instituto Estadual de Educação Pereira Coruja/Taquari-RS